



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ABAETEETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JULIANA DE FÁTIMA GUIMARÃES RUIZ

**ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE VIDA DOS ALUNOS E DO ENSINO REMOTO
EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E AS POSSÍVEIS
DIFICULDADES PARA O ACESSO AS AULAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA EM ABAETETUBA.**

ABAETETUBA-PA
2024

JULIANA DE FÁTIMA GUIMARÃES RUIZ

**ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE VIDA DOS ALUNOS E DO ENSINO REMOTO
EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E AS POSSÍVEIS
DIFICULDADES PARA O ACESSO AS AULAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA EM ABAETETUBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba.

Orientador: Prof. Dr Alexandre Augusto Cals de Souza

ABAETETUBA-PA
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R934a Ruiz, Juliana de Fátima Guimarães.
Análise da condição de vida dos alunos e do ensino remoto emergencial durante a pandemia da Covid-19 e as possíveis dificuldades para o acesso as aulas no curso de Licenciatura em Pedagogia em Abaetetuba. / Juliana de Fátima Guimarães Ruiz. — 2024.
21 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals E Souza Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Pedagogia, Abaetetuba, 2024.

1. Ensino remoto. 2. Pandemia. 3. Políticas Públicas . I. Título.

CDD 379

JULIANA DE FÁTIMA GUIMARÃES RUIZ

**ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE VIDA DOS ALUNOS E DO ENSINO REMOTO
EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E AS POSSÍVEIS
DIFICULDADES PARA O ACESSO AS AULAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA EM ABAETETUBA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Sociais como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia, pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba.

Data de aprovação: 20/06/20

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals de Souza
Orientador - UFPA

Prof^ª. Dr. Mariza Felipe Assunção
Examinadora - UFPA

Prof^ª. Jéssica Costa Dias
Examinadora – UFPA

ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE VIDA DOS ALUNOS E DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 E AS POSSÍVEIS DIFICULDADES PARA O ACESSO AS AULAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EM ABAETETUBA.

Juliana de Fátima Guimarães Ruiz¹

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals de Souza²

RESUMO

O presente trabalho é um estudo que busca analisar a condição de vida dos alunos da graduação, especificamente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará - Campus de Abaetetuba. Tendo o objetivo de identificar os possíveis impactos que o Ensino Remoto Emergencial (ERE) pode ter causado na aprendizagem. O estudo apresenta a abordagem quanti-qualitativa a luz da teoria de Minayo e Sanches (1993), tendo como metodologia o levantamento bibliográfico e análise de conteúdo. Os dados foram obtidos por meio de um questionário de perguntas disponibilizado aos universitários, a fim de avaliar a realidade, as principais dificuldades vivenciadas durante a pandemia e de que forma as políticas públicas foram necessárias para promover um ensino de qualidade. Os resultados da pesquisa demonstram que a falta de recursos e equipamentos para acessar as aulas, podem evidenciar a desigualdade, desmotivar e prejudicar a aprendizagem, implicando na continuidade dos alunos na universidade.

Palavras chaves: Ensino remoto; Pandemia; Políticas públicas.

ABSTRACT

The present work is a study that seeks to analyze the living conditions of undergraduate students, specifically those studying the Pedagogy course at the Federal University of Pará-Abetetuba Campus. Aiming to identify the possible impacts that Emergency Remote Education (ERE) may have had on learning. The study presents a quantitative-qualitative approach in light of the theory of Minayo and Sanches (1993), using bibliographical survey and content analysis as its methodology. The data were obtained through a questionnaire made available to university students, in order to assess the reality, the main difficulties experienced during the pandemic and how public policies were necessary to promote quality education. The research results demonstrate that the lack of resources and equipment to access classes can highlight inequality, demotivate and harm learning, resulting in students continuing to attend university.

Keywords: Remote learning; Pandemic; Public policy.

¹ Discente do curso de graduação em Pedagogia na UFPA. E-mail: julianaruiiz1@gmail.com

² Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals de Souza — Professor da Universidade Federal do Pará. E-mail: alexandre@ufpa.br

INTRODUÇÃO

A crise mundial na Saúde Pública causada pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), afetou significativamente diferentes segmentos da sociedade, sobretudo a saúde das pessoas. O vírus que se espalhou rapidamente pelo mundo, obrigou de emergência que fossem adotadas medidas de prevenção contra a doença, portanto, para diminuir o número de indivíduos contaminados, evitando o colapso dos hospitais, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou como medidas o uso obrigatório de máscaras, a correta higienização das mãos e o necessário distanciamento social (WHO, 2020).

Com a evolução da contaminação do vírus, foi necessário limitar o contato entre as pessoas, na tentativa de conter a disseminação da doença, porém, o distanciamento social ocasionou o fechamento de diversos departamentos, incluído as escolas e universidades. Tendo a necessidade de seguir essas orientações, a rotina de professores e alunos foram afetadas, as instituições de ensino tiveram que paralisar as aulas presenciais por tempo indeterminado, o que acabou impactando no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes (Bragatini et al, 2020).

A alternativa viável encontrada para dar continuidade aos estudos e evitar o atraso, foi recorrer ao ensino remoto emergencial, com aulas online que aconteciam simultaneamente entre professores e alunos. O ensino remoto emergencial foi uma estratégia didática pedagógica que consiste em realizar atividades acadêmicas por meios digitais, por salas de webconferência, vídeo aulas ao vivo ou gravadas de modo que os conteúdos estejam organizados em formatos virtuais e que facilitem que ocorra o processo de ensino e aprendizagem (Ufpa, 2020c). Porém, essa transição repentina para esse novo modelo de educação, constatou um ensino desfavorável para os alunos, uma vez que, surgem entraves devido às condições de vida dos alunos, a falta de computadores ou celular e o limitado acesso à internet de qualidade (Dias; Pinto, 2020).

O presente estudo tem o objetivo de compreender a realidade dos alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia em Abaetetuba, identificando as possíveis dificuldades vivenciadas por eles durante o ensino remoto emergencial (ERE). Analisando também, se as políticas de assistência estudantil foram realmente eficazes e contribuíram para a inclusão dos alunos com vulnerabilidade social neste novo modelo de ensino, possibilitando ainda a criação de outras iniciativas e/ou o aperfeiçoamento das já implementadas.

As discussões feitas neste estudo apresentam como sustentação teórica as contribuições de autores como Soares e Colares (2020), Garcia e Garcia (2020), El Khatib (2021), Barreto e Rocha (2020) entre outros. Desse modo, o estudo está dividido em três seções, além da

introdução e das considerações finais. A primeira trata-se sobre os efeitos do coronavírus no Brasil, discutindo a origem da doença e propagação, as medidas de proteção e a atuação do Governo perante a situação. Na segunda sessão, apresenta a educação em meio a pandemia: desafios e impactos do ensino remoto, onde abordaremos o fechamento das instituições de ensino, as estratégias utilizadas para dar continuidade ao ensino e as possíveis dificuldades vivenciadas pelos discentes. E na terceira sessão do texto, será apresentado o resultado e a discussão dos dados obtidos na pesquisa.

Por consequência, o estudo também tem a finalidade de estimular novas pesquisas científicas sobre o assunto, prezando pela melhoria da educação em tempos de pandemia.

TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

O percurso metodológico caracteriza-se por um estudo quanti-qualitativo que visa pesquisar com um caráter descritivo e exploratório (Creswell, 2010; Chizzotti, 2014). E de acordo com os autores Minayo e Sanches (1993, p. 247):

Do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. (...) A primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando os inteligíveis através de variáveis. A segunda adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente.

Para o aprofundar a fase de investigação, foi realizado um levantamento bibliográfico, de artigos previamente analisados sobre o assunto, a fim de compreender o que já foi estudado e analisado antes (Fonseca, 2002). Os artigos utilizados para realizar o embasamento teórico do presente estudo, foram coletados do repositório da UFPA e do Google Acadêmico, para analisar outras pesquisas sobre o assunto pandêmico, bem como, o contexto vivido pelos alunos.

O método adotado para o estudo foi a análise de conteúdo, pois pode ser usado tanto na abordagem qualitativa quanto na quantitativa, com isso, conforme Bardin (2011) a análise de conteúdo se caracteriza por ser:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

O instrumento utilizado para a obtenção dos dados foi um questionário com perguntas fechadas, que possui perguntas específicas e previamente estabelecidas sobre a problemática.

O questionário utilizado foi com questões fechadas, que se caracteriza por possuir respostas limitadas a opções predefinidas (Chizzotti, 2018).

O questionário online foi desenvolvido pela plataforma *Google Forms*, e continha vinte e cinco (25) perguntas em relação a condição de vida dos alunos durante o ERE, o questionário foi compartilhado para as turmas de Pedagogia via link WhatsApp ficando disponível na plataforma durante o prazo de três meses. A pesquisa foi direcionada aos discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Abaetetuba, um total de 73 discentes que vivenciaram o ensino remoto participaram da pesquisa respondendo às perguntas. Os dados obtidos revelam as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o ensino remoto, bem como, as condições de emprego e renda das suas famílias.

Os Efeitos do Coronavírus no Brasil

No fim do ano de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre uma doença respiratória que vinha contaminando as pessoas e aumentando os casos de pneumonia. O agente causador foi identificado como o novo coronavírus (SARS-CoV-2) que surgiu na cidade Wuhan, província de Hubei, indicada como epicentro da doença (OPAS, 2021).

Em meados de março de 2020, a OMS declarou caso de pandemia, pois o vírus se espalhou rapidamente causando novos e numerosos casos pelo mundo, levando os contaminados a uma síndrome respiratória aguda grave, hospitalização, podendo chegar à morte. No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi anunciado dia 26 de fevereiro de 2020 em São Paulo, em um de homem de 61 anos que retornou de viagem da Itália, região da Lombardia. A partir disso, novos casos da doença foram surgindo em outras regiões do país, o que obrigou o Governo a tomar medidas para evitar com que a doença afetasse ainda mais a saúde de mais pessoas (Brasil, 2020c).

No Pará, o primeiro caso de SARS-CoV-2 foi identificado no dia 18 de março de 2020, em um homem de 37 anos que retornou de viagem do Rio de Janeiro para Belém, o paciente apresentou sintomas da doença depois de dois dias após a viagem. Após ser hospitalizado e o teste para doença ser positivo para coronavírus, o paciente foi medicado e retornou para casa ficando em isolamento domiciliar durante 14 dias. Em decorrência disso, o Governo do Estado do Pará determinou medidas para conter a propagação do vírus para cidades do interior do Estado, com o intuito de proteger a saúde dos paraenses (Maia e Sóter, 2020).

Ainda de acordo com dados da OMS (2020), no dia 06 do mês de abril de 2020 mais de um mês depois que o primeiro caso foi detectado no Brasil, o número total de pessoas

contaminadas no mundo todo chegou a ultrapassar 450 mil casos positivos e o número de óbitos chegou a 47.697, sendo 10.582 casos confirmados no Brasil, resultando no início de um grande e preocupante surto epidemiológico levando o país a um estado de emergência (Brasil, 2020f). Sem uma vacina ou antivirais eficazes para combater a doença, surge a intervenção por meio do distanciamento social, com o objetivo de desacelerar ou interromper o contágio de indivíduos que estivessem infectados para os que estavam saudáveis (Silva et al, 2020).

Com as medidas de distanciamento físico entre as pessoas, ocorreram também a suspensão das aulas em escolas e universidades, cancelamento de eventos públicos e/ou privados e a proibição de aglomeração, fechamento de estabelecimentos considerados como não essenciais (lojas, academias, bares, igrejas, restaurantes), o cancelamento de viagens não essenciais, bem como o descolamento local, regional e nacional, foi também recomendado o uso de máscaras em locais públicos e enfatizou-se a importância de fazer a higienização das mãos e usar álcool 70% (WHO, 2020).

No entanto, prezando pelos interesses econômicos, o ex-presidente da República que esteve no Governo do Brasil durante a pandemia (2019 a 2022), se manteve contra as recomendações de isolamento, incentivando os indivíduos a retornarem as suas atividades laborais, minimizando a gravidade da doença (Soares; Colares, 2020), sem dúvidas, ele foi “um partidário errado em um período difícil da história” como afirma as autoras Soares e Colares (2020, p. 20).

Do mesmo modo, uma nota informativa divulgada pelo Ministério da Economia do Brasil, demonstrara preocupação em relação as consequências que o isolamento poderia causar na economia do país. Dito isso, o documento descreve inicialmente que:

diversos governos optaram por adotar medidas de distanciamento social e restrição de circulação e aglomeração de pessoas, visando reduzir a velocidade de propagação do coronavírus. Tais medidas têm impacto direto na atividade econômica por meio de diversos canais. Além disso, mais do que uma parada passageira da atividade, tais medidas têm potencial de destruição substancial da capacidade permanente de produção da sociedade, podendo gerar uma crise econômica com consequências de médio e longo-prazos. (Brasil, 2020a, p. 2).

Logo, conforme Soares e Colares (2020, p. 23), “não deixa de ser preocupante no sentido de reforçar uma analogia quanto à questão econômica no país, não se centrando no compromisso com a proteção integral da população brasileira”. É inevitável que a necessidade do isolamento acabou afetando a empregos das pessoas, principalmente dos trabalhadores informais/autônomos. Destaca-se ainda sobre o documento que:

O lado mais cruel da crise do coronavírus é justamente a destruição de empregos. O efeito mais imediato recai sobre a maioria dos trabalhadores informais, que têm sua iniciativa travada e veem o sustento diário de sua família ameaçado. A destruição de empregos promove impactos severos sobre o bem-estar da população em geral,

podendo levar à quebra de vínculos sociais, destruição de famílias, alcoolismo, uso de drogas e suicídios, conforme destaca o ganhador do prêmio Nobel em economia Angus Deaton, no que ele chama de “morte por desespero”. (Brasil, 2020a, p.3).

Além disso, frente ao avanço do Coronavírus e depois de muita pressão da sociedade, o Governo Federal e, principalmente os Estados e Municípios, adotaram políticas de proteção à saúde, como também assistências – como auxílio financeiro emergencial, liberação de pagamento de contas de água e de energia, entre outras – visando paliar consequências negativas para os trabalhadores e suas famílias decorrentes da redução das atividades econômicas e do aumento do desemprego e da precariedade (Brasil, 2020d).

Diante das dificuldades financeiras, foi estabelecido pela lei Nº 13.982/2020 o auxílio emergencial, que surge com o objetivo de ajudar as pessoas com vulnerabilidade social a manter suas despesas básicas de alimentação e moradia. O auxílio teve a finalidade de subsidiar o valor de R\$ 600,00 e em casos específicos chegou a disponibilizar, até R\$1.200,00 para os cidadãos durante três meses, a partir da data de implementação da lei (Brasil, 2020d). Foram adotados diversos critérios para avaliar a situação financeira do cidadão até recebimento do auxílio e um dos critérios foi a obrigatoriedade de estar inscrito no Cadastro Único da Assistência Social - CadÚnico, sendo a partir desse registro que o Governo conseguia ter acesso a informações sobre quem são e como vivem as famílias de baixa renda do Brasil.

A Educação em Meio a Pandemia: Desafios e Impactos do Ensino Remoto

Diversas mudanças aconteceram em todos os setores da sociedade e infelizmente vários países foram afetados, economia, saneamento, saúde, entre outros. Com a educação não foi diferente, a crise global na saúde que a SARS-CoV-2 causou, impôs desafios sem precedentes ao sistema educacional, obrigando o Governo a adotar soluções rápidas e eficientes que fossem capazes de garantir aos alunos acesso às aulas, qualidade de ensino e que preservassem a saúde de todos.

No Brasil, as medidas adotadas para evitar a contaminação do vírus, como o distanciamento social e *lockdowns*, afetaram a rotina das pessoas, que conseqüentemente, buscaram novas formas de se adaptar. Com isso, a educação sofreu impactos significativos, as instituições de ensino tiveram que fechar suas portas dando continuidade ao ensino de forma remota (Costa e Nascimento, 2020).

Com isso, no dia 17 de março de 2020, com a portaria Nº 343 o Ministério da Educação (MEC), determinou que durante o período de pandemia as aulas deixariam de ser presenciais e

passariam a ser por meios digitais (Brasil, 2020e). No dia 28 de maio de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) lançou o parecer que tornou favorável a “reorganização dos calendários escolares e a realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19” (Brasil, 2020b). Logo, mais de 1,5 bilhões de alunos e 60,3 milhões de professores, de 165 países foram afetados com o fechamento de escolas (Cunha, 2020).

Durante o período de isolamento, com o objetivo de continuar as aulas, foram adotados como métodos de ensino: *lives, aulas online por meio das plataformas como o Google Meet, Google Classroom e Zoom*, entre outras ferramentas. Essas tecnologias da informação utilizadas trouxeram grandes desafios para a educação, e demonstrou também, limitações em questões socioeconômicas, implicando na permanência dos discentes na universidade (GÓES; CASSIANO, 2020).

Tal processo causou uma transformação no âmbito educacional, evidenciando as dificuldades e desigualdades que poderiam estar naturalizadas no ensino presencial dentro da sala de aula. Deve-se levar em consideração que o ensino remoto foi considerado a melhor saída para continuar as atividades escolares e minimizar o atraso (Costa e Nascimento, 2020).

Em março de 2020, a Universidade Federal do Pará (UFPA) suspendeu as suas atividades presenciais, inicialmente por 15 dias, porém, com o agravamento da situação, esse prazo de suspensão se estendeu. No dia 21 de agosto de 2020, em reunião no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e Extensão – CONSEPE, a resolução Nº 5.294, foi aprovada e estabeleceu “de forma excepcional e temporária, o Ensino Remoto Emergencial em diferentes níveis de ensino para os cursos ofertados pela Universidade Federal do Pará, em decorrência da situação de pandemia do novo Coronavírus –COVID-19, e dá outras providências” (UFPA, 2020c).

Nessa ótica, o ensino remoto emergencial pareceu ser a melhor opção para que os docentes continuassem educando e os discentes estudando. No entanto, nem todos os discentes possuíam condições financeiras para se adaptar as inovações, ter o acesso as aulas remotas, uma internet de qualidade ou adquirir equipamentos como notebook ou tablet (Dias; Pinto, 2020). Segundo Arruda (2020), as condições que o isolamento social impôs, impactaram de forma intensa nas condições econômicas da população, levando a reduções nas condições financeiras e conseqüentemente a incapacidade de manter um plano de internet.

Ademais, o ensino remoto emergencial foi uma alternativa que a UFPA adotou na busca de dar continuidade as aulas, porém, levando em consideração a condição financeira e a realidade do cotidiano dos alunos, se tornou também um grande desafio acessar as aulas

simultaneamente. Por esse motivo, como política de apoio aos estudantes, a instituição, por meio da Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST), tornou público no dia 14 de agosto de 2020 o edital N° 06/2020/SAEST/UFPA, que realizou um processo seletivo para candidatos(as) ao Auxílio Emergencial de Apoio À Inclusão Digital, que foi destinado para os discentes que estiveram em situação de vulnerabilidade socioeconômica agravada na pandemia (UFPA, 2020a).

O principal objetivo é justamente incluir e acolher os discentes, evitando que eles fiquem ainda mais prejudicados perante a situação. No Art. 2° do edital, possui duas modalidades de apoio que mostram como o auxílio ocorreu:

§ **Modalidade I**, constituída pelo fornecimento de pacotes de dados móveis de Serviço Móvel Pessoal, nos termos do programa do Ministério da Educação (MEC) e Rede Nacional de Pesquisa (RNP), durante o período da pandemia da COVID-19.

§ **Modalidade II**, constituída pela concessão de auxílio financeiro (Auxílio TIC/2020), no valor de R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais) em parcela única, para aquisição de equipamento (notebook, desktop, all-in-one ou tablet) que possibilite o acesso à internet.

Conforme com resultado do auxílio, o total de 12.958 estudantes se inscreveram nesse processo seletivo, sendo 5.638 deferidos na modalidade I, e 3.500 na modalidade II, sendo que nesta modalidade 6.567 estudantes ficaram no cadastro reserva aguardando a possibilidade de serem atendidos pelo programa (UFPA, 2020b).

Essa alternativa foi importante para apoiar os estudantes mais vulneráveis economicamente, pois possibilitou que eles continuassem os estudos, participando das aulas remotas e realizando os trabalhos acadêmicos com êxito. A partir dos dados presentes no resultado do presente edital, fica perceptível que muitos alunos não foram amparados pelo programa e o auxílio não proporcionou a inclusão digital dos alunos durante as aulas remotas. É preciso verificar as possibilidades de aperfeiçoamento do programa, analisando se essa política de apoio foi o suficiente e conseguiu ajudar os discentes que realmente precisaram (Guimarães, Matos e Cabral, 2021).

De acordo com o Portal da UFPA, o programa continuou beneficiando os discentes mesmo com o retorno das aulas presenciais “pois a inclusão digital é fundamental para que os estudantes cursem a graduação com qualidade e tenham acesso a mais oportunidades”, conforme declarou o reitor da UFPA Emmanuel Zagury Tourinho (UFPA, 2022).

Na mesma matéria, possui a informação que desde o ano de 2020, o programa já beneficiou um total de 14.366 estudantes, com 9.271 auxílios na modalidade chips, 3.624 na modalidade de auxílio para aquisição de equipamentos e 1.471 com a doação de equipamentos por parceiros (UFPA, 2022).

As políticas implementadas na educação são para que ocorra de fato mudanças e melhorias no âmbito educacional, possibilitando com que todos os estudantes tenham direito a uma educação de qualidade e de forma que seja igualitária, promovendo a inclusão social de todos os alunos (Smarjassi; Arzani, 2021). Com base nisso, Ferreira e Santos (2014) afirmam, que “não há como construir uma sociedade voltada para a cidadania, ética e valores familiares sem que a educação possa ser o alicerce que fecunda os pilares da dignidade”.

Infelizmente, os fatores socioeconômicos e a falta de uma internet de qualidade não são os únicos motivos que podem ser prejudiciais para a aprendizagem dos discentes durante o ensino remoto. Deve-se levar em consideração, que cada indivíduo possui uma realidade, e por mais que estudar de casa pareça ser uma tarefa fácil, muitos, não tinham condições de organizar um espaço que fosse adequado para participar do ERE, o que acaba surgindo como impasses vividos pelos alunos (Guimarães, Matos e Cabral, 2021).

Conforme expõe El Khatib 2020, existem fatores que fazem com que a temperatura, a iluminação e os ruídos, sendo um ambiente diferente da sala de aula, impactem negativamente o desempenho acadêmico dos alunos durante o ensino remoto emergencial. Logo, “uma área de estudo ergonomicamente projetada para aulas online, como espaço silencioso, salas com temperatura controlada, para citar alguns, pode ajudar a melhorar a sustentabilidade dos alunos e das instituições de ensino superior” (El Khatib, 2020, p. 20).

Com isso, El Khatib expressa que:

Essas variáveis podem incluir o design da carteira/ mesa e da cadeira onde os alunos fazem as aulas, ou os dispositivos tecnológicos que estão usando (tablet, celular, computador) para estudar e o tempo em que interagem com esses móveis e equipamentos. Se o design desses móveis e equipamentos não for ergonômico, os alunos podem sentir dores em diferentes partes do corpo, como costas, pescoço, braços e pulsos. Além disso, essas variáveis podem aumentar a carga de trabalho mental dos alunos, o que pode causar estresse, ansiedade, dor de cabeça, entre outros efeitos. (2020, p. 20)

É notório que a pandemia também surpreendeu os professores, pois eles tiveram que se reinventar sem que houvesse uma qualificação ideal, recorrendo muitas vezes para o imprevisto diante das limitações. Assim, essa abordagem de educação online e provisória requer adaptação do trabalho dos professores, pois as aulas remotas impactaram na sua didática e avaliação (Garcia e Garcia, 2020).

Para construirmos um futuro mais saudável, próspero e seguro, precisamos de políticas públicas que garantam um financiamento adequado para a Educação, fazer uso inteligente das tecnologias disponíveis, priorizar os mais vulneráveis e proteger educadores e alunos. O Estado precisa se fazer presente. (DIAS; PINTO, 2020, p. 547).

De fato, assim como outros países tiveram dificuldades em enfrentar a doença, o Brasil também não estava preparado e não possuía um suporte necessário para viver uma crise pandêmica como a da Covid-19, no que diz respeito a saúde, educação e estrutura de modo geral. Assim, algumas pessoas conseguiram se adaptar ao ensino remoto emergencial e outras nem tanto (REGO, SOUZA e MELO, 2023).

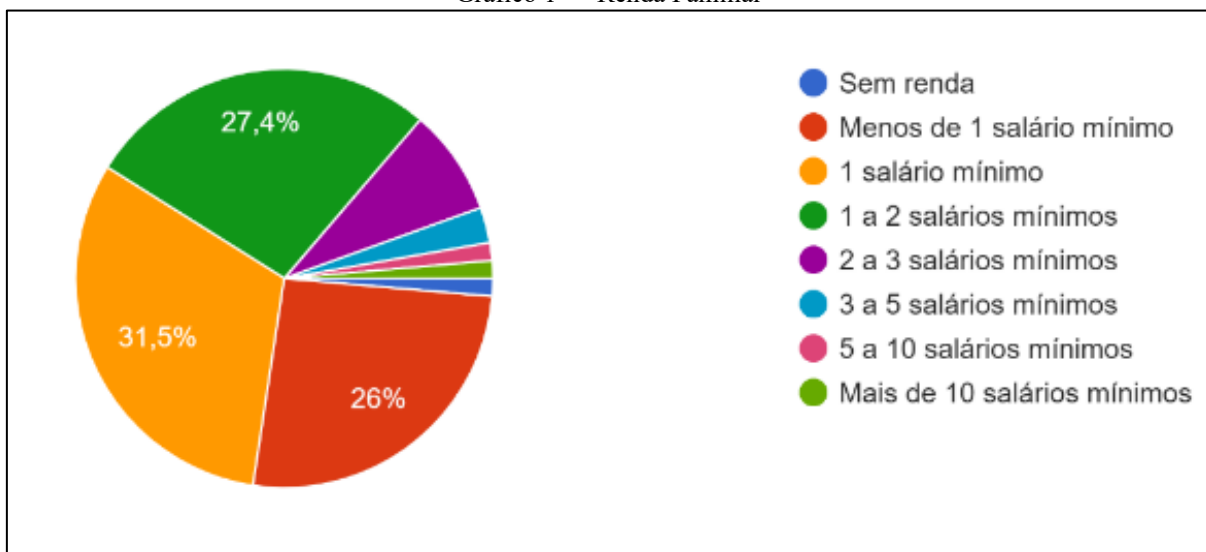
RESULTADOS E DISCUSÕES

Para a coleta de dados deste estudo, disponibilizamos um questionário de 25 perguntas para os alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia, contabilizando um total de 73 participantes que responderam às perguntas, sendo que 82,2% são do gênero feminino e apenas 17,8% do gênero masculino, tendo a faixa etária entre 20 a 49 anos, 52,1% dos entrevistados residem no município de Abaetetuba, 19,9% em Acará, e o restante em cidades vizinhas como Barcarena (6,3%), Igarapé-Miri (7,8%) e Moju (4,7%). As perguntas do questionário foram relacionadas tanto sobre o grupo familiar dos indivíduos, as suas condições de emprego e renda, quanto as principais dificuldades enfrentadas durante o isolamento e no ensino remoto emergencial.

Iniciamos a análise identificando quantas pessoas fazem parte da composição familiar de cada participante, e obtivemos o resultado que, 23,3% compõem uma família de até 4 pessoas e 19,2% até 5 pessoas, as famílias compostas por mais pessoas podem ter maiores dificuldades em manter as despesas de casa. Visto que 31,5% das famílias recebem até 1 salário-mínimo e 26% menos de 1 salário-mínimo, o que se torna ainda mais preocupante pelo fato de o valor não suprir todos os gastos mensais e durante a pandemia, levando em consideração que os preços do comércio em geral subiram expressivamente.

De acordo com os autores Nippes e Pavan (2021), o aumento da inflação, o auxílio emergencial, a crise econômica e a política, podem ser apontadas como os motivos para o aumento dos preços dos produtos essenciais, logo, quanto menor for a renda dos indivíduos mais eles sofrem com esses aumentos. O gráfico 1 contém os dados referentes a situação da renda familiar dos sujeitos da pesquisa.

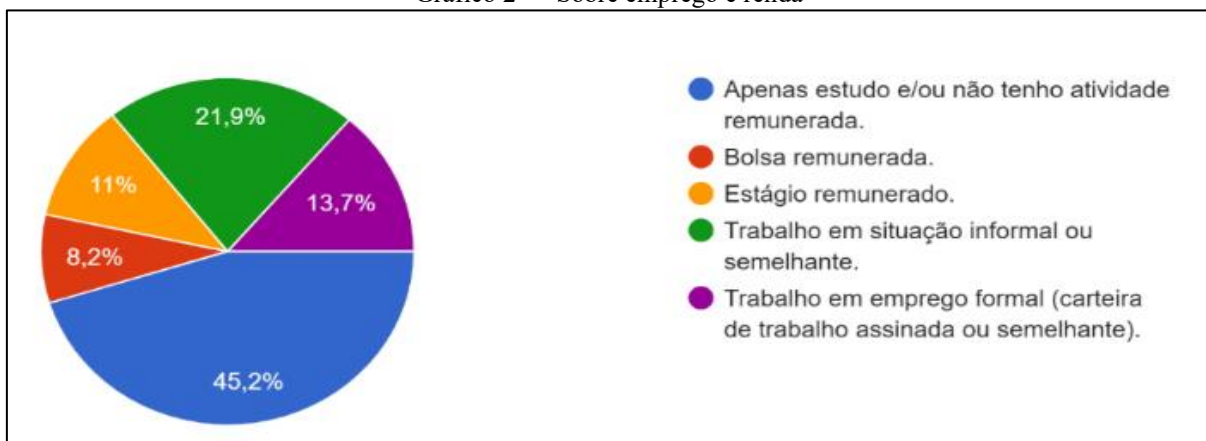
Gráfico 1 — Renda Familiar



Fonte: Formulário do *Google Forms*, a partir dos dados obtidos, 2022.

Diante da situação pandêmica, muitos estabelecimentos fecharam, e pessoas perderam seus empregos. Em relação ao emprego e renda do próprio discente, o gráfico 2 mostrou que 45,2% dos alunos apenas estudam e 21,9% trabalham em situação informal/autônoma, e apenas 8,2% recebem alguma bolsa remunerada que ajuda a manter os gastos básicos nos estudos e gastos pessoais.

Gráfico 2 — Sobre emprego e renda



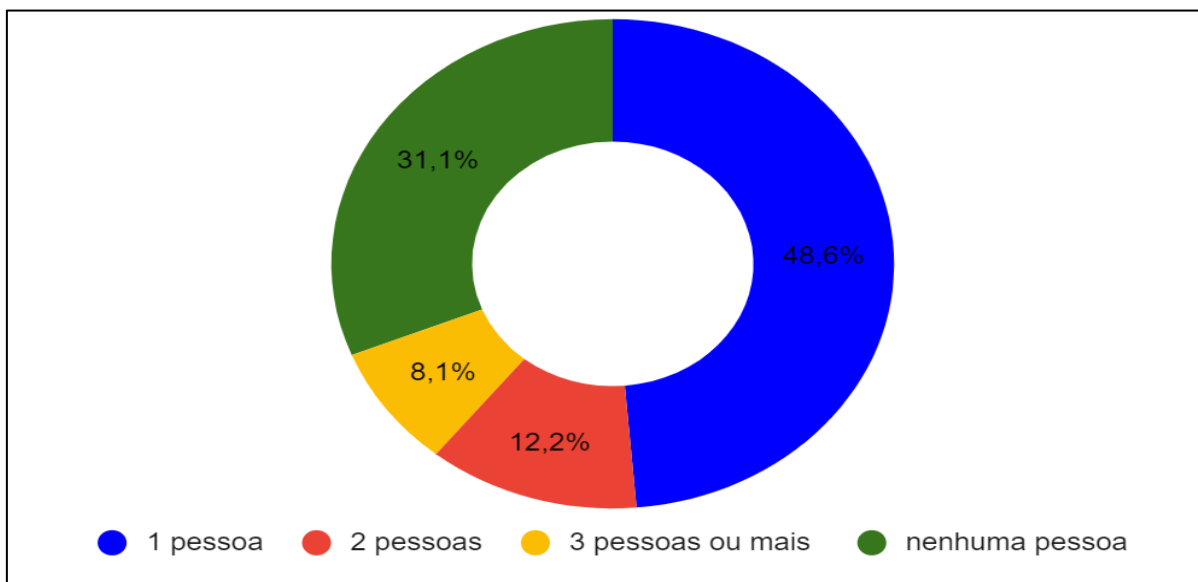
Fonte: Formulário do *Google Forms*, a partir dos dados obtidos, 2022.

A partir dos dados do gráfico, também se torna perceptível que o número de pessoas que não recebem bolsa remunerada é maior que o número de quem recebe, o que de fato pode implicar na permanência desses estudantes dentro da universidade, principalmente vivendo no período de pandemia e de ensino remoto emergencial.

Indagamos ainda quantos sujeitos da sua composição familiar realizam trabalho informal ou semelhante e o gráfico 3 mostra que a maioria das pessoas realizavam algum tipo de trabalho informal e que podem ter deixado de trabalhar para seguir as recomendações de

distanciamento. Perguntamos quantas pessoas da composição familiar possuem emprego formal de carteira assinada, 29 responderam a opção de 1 pessoa, 38 responderam que nenhuma possui emprego formal.

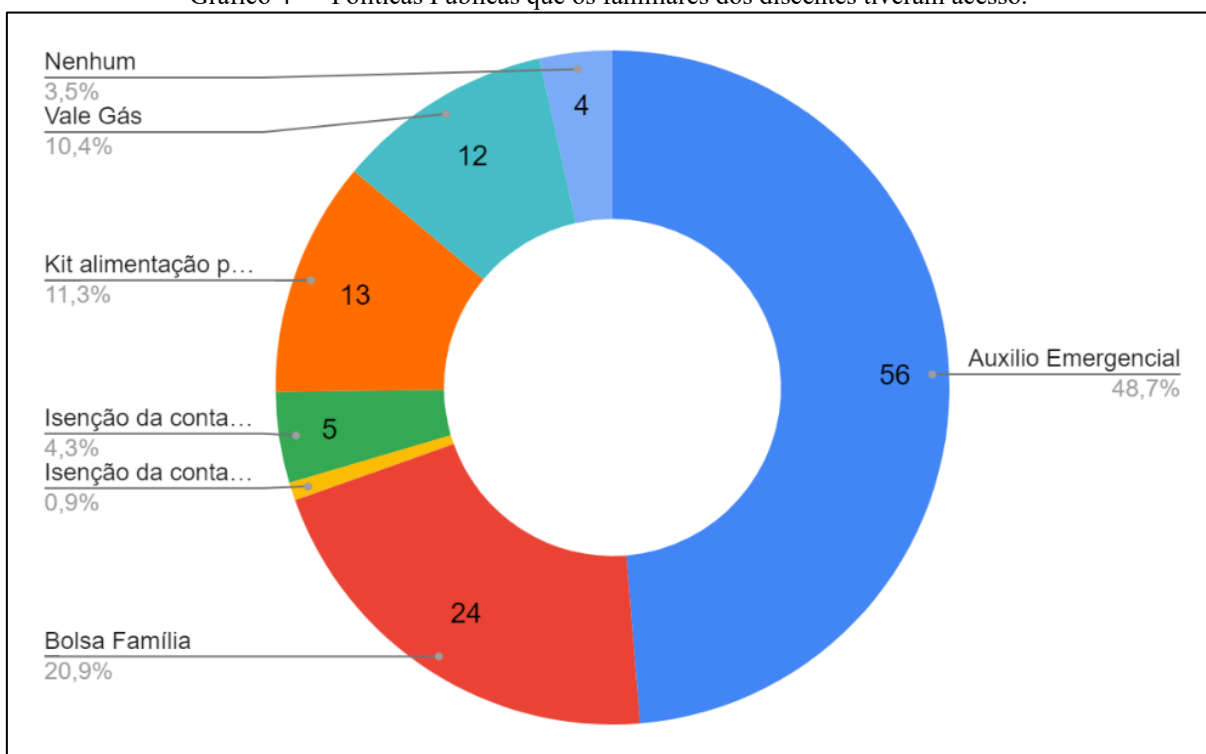
Gráfico 3 — Trabalho informal ou semelhante.



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos 2022.

Analisando os dados da pesquisa percebemos que 1 pessoa de cada 15 famílias teve seu trabalho autônomo/informal suspenso devido as medidas do Governo e 1 pessoa de cada 5 famílias continuaram com suas atividades desrespeitando as medidas de isolamento. A necessidade de seguir o isolamento social para proteger a saúde, acabou reduzindo a renda da grande quantidade de trabalhadores autônomos, dificultando o pagamento das suas contas básicas, tornando-os dependentes dos programas sociais implementados pelo Governo (BRASIL, 2020a). O gráfico abaixo, evidencia que a maior parte dos entrevistados receberam auxílios financeiros de apoio.

Gráfico 4 — Políticas Públicas que os familiares dos discentes tiveram acesso.



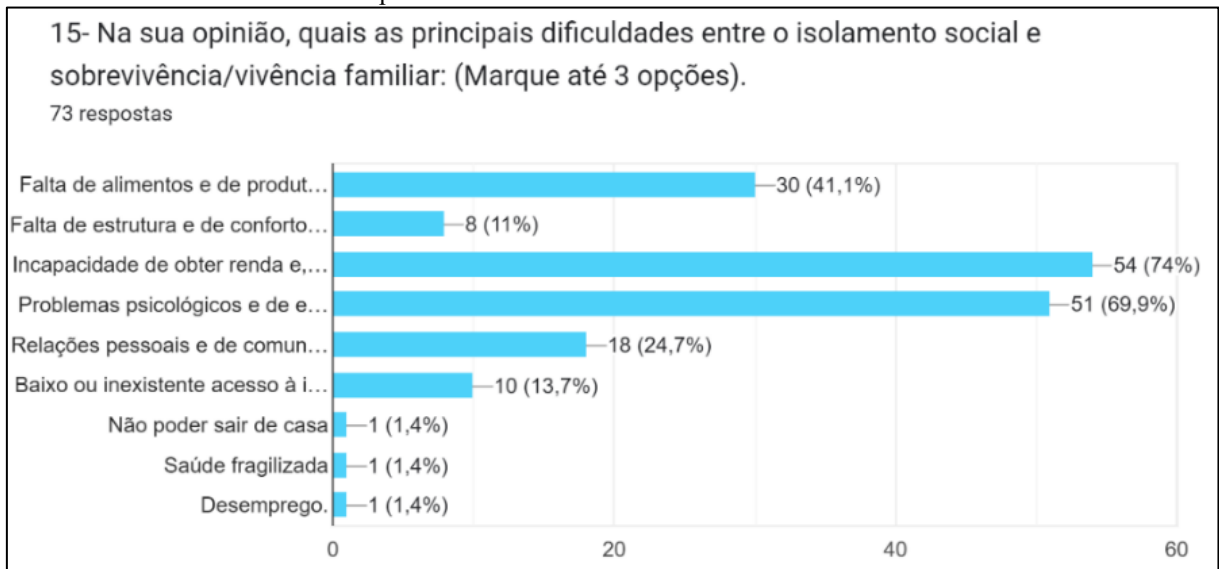
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados obtidos 2022.

A maioria dos participantes, responderam que receberam o auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Os auxílios criados, tem o objetivo de dar apoio as famílias com mais vulnerabilidades e que foram impactados pela crise sanitária. Essas políticas públicas criadas pelo Governo tiveram um grau de importância elevado para o sustendo de 50,7% dos entrevistados, para 30,1% foi um grau médio e para 13,7% o grau de importância dos auxílios foi baixo. E 80,8% das pessoas alegaram estarem inscritos no CadÚnico, essa que foi uma das principais exigências para conseguir receber tais auxílios.

Mesmo que o presente auxílio tenha sido proposto para combater as necessidades alimentares e ajudar nas outras necessidades para a manutenção da vida em tempos de pandemia, o benefício gerou contradições, por ser um valor insuficiente para manter as contas básicas, além de servir também para gerar interesses capitalistas (Correia et al, 2020).

Perguntamos aos participantes, quais foram as principais dificuldades entre o isolamento social ou sobrevivência/vivência familiar, nesta pergunta, os participantes poderiam marcar até três opções. As três maiores dificuldades dos sujeitos foi a incapacidade de adquirir renda e, conseqüentemente, de pagar suas contas básicas, problemas psicológicos e emocionais e a falta de alimentos e de produtos higiênicos básicos. Torna-se evidente então, que a falta de internet ou de equipamentos para acessar as aulas, não são os únicos percalços vividos pelos discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Gráfico 5 — Principais dificuldades entre o isolamento social e vivência familiar.



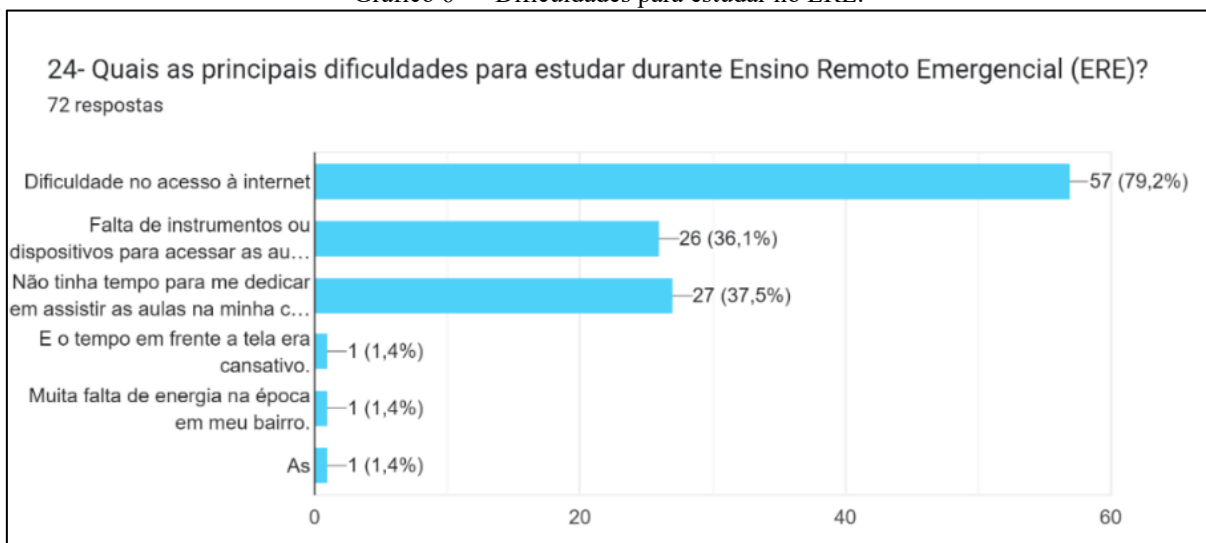
Fonte: Formulário do *Google Forms*, a partir dos dados obtidos, 2022.

Além de tudo, a pandemia trouxe consigo, medo e pânico para as pessoas, que tinham receio de perder seus familiares, de contrair a doença, tendo a preocupação de não conseguir se manter financeiramente, tendo incertezas e tédio, acarretando para o aumento de sintomas de ansiedade e depressão (BAGATINI et al, 2020). Dos participantes, 69,9% dos alunos alegam ter tido problemas psicológicos como a ansiedade, tendo dificuldade em se adaptar as mudanças repentinas, tendo desânimo ou o agravamento de casos de depressão diante de toda situação pandêmica. É importante ressaltar que, cada família possui diferentes realidades e dificuldades específicas.

Outro ponto importante para a pesquisa é analisar como foi a experiência dos alunos em relação as aulas remotas. Segundo as respostas obtidas a partir do questionário, 95,9% dos entrevistados alegam ter cursado alguma disciplina, 87,5% afirmam que frequentavam as aulas pelo celular, 31,9% assistiam por computador ou notebook e 5,6% assistiam por tablet. Também perguntamos quais foram as dificuldades para estudar no ensino remoto, e o principal empecilho foi o acesso à internet.

Existem obstáculos que são significativos, e acabam afetando principalmente professores e alunos mais empobrecidos, a escassez de computadores e dispositivos móveis, a falta de uma internet de boa qualidade são questões que impedem que a educação a distância e seja eficaz e que resulte em aprendizagem (Dias; Pinto, 2020).

Gráfico 6 — Dificuldades para estudar no ERE.

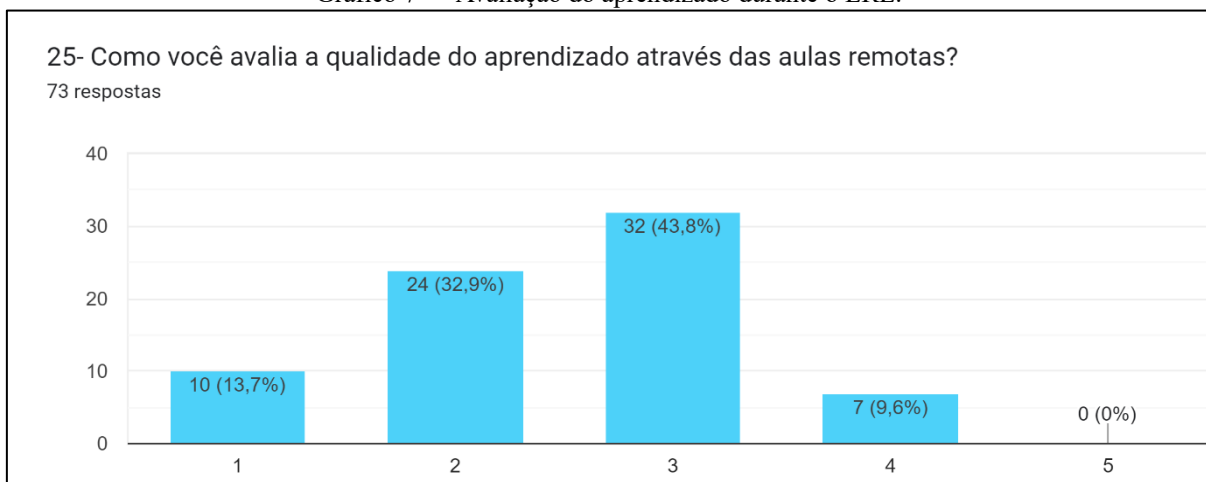


Fonte: Formulário do *Google Forms*, a partir dos dados obtidos, 2022.

Após avaliarmos os dados em relação aos obstáculos vividos pelos discentes durante o ensino remoto, obtivemos que a maioria apresentou dificuldades para obter renda, a falta de equipamentos e a falta de uma internet de qualidade, demonstrando assim, que o ensino remoto foi um método desfavorável e desigual prejudicando a qualidade de aprendizagem dos alunos. Além disso, no período difícil de pandemia com o aumento da inflação, as pessoas com vulnerabilidade financeira tiveram as suas prioridades de gastos com as necessidades básicas, como com a alimentação, moradia, contas de luz, gás entre outras, restringindo então a possibilidade de assinarem um plano de internet. (Guimarães; Matos; Cabral, 2021).

Através do questionário, foi possível analisar quantos alunos foram beneficiados pelo auxílio de apoio a inclusão digital e, 59,7% responderam que foram indeferidos e 40,3% receberam esse apoio da universidade. Mais da metade dos alunos que responderam o formulário não receberam o devido apoio para manter seus estudos, logo, a medida adotada pela Universidade foi necessária, porém incapaz de atender todos os alunos que necessitam. Sendo assim, pedimos para os entrevistados avaliarem a qualidade do seu aprendizado, tendo vivenciado o ensino remoto. O gráfico a abaixo indica em ordem crescente a qualidade do aprendizado dos alunos indo de 1 totalmente ruim, 3 considerado bom, até 5 sendo considerado excelente.

Gráfico 7 — Avaliação do aprendizado durante o ERE.



Fonte: Formulário do *Google Forms*, a partir dos dados obtidos, 2022.

Pode-se perceber, a partir da resposta dos discentes, que nenhum avaliou a sua aprendizagem sendo totalmente excelente. A maior porcentagem se centraliza no número 03 (três) considerado mediano, ou seja, nem péssimo e nem muito excelente. Mas não deixa de ser preocupante o fato 13,7% considerarem que sua aprendizagem foi totalmente ruim. Esses dados nos demonstram que o ERE foi uma modalidade que deu a oportunidade da continuação das aulas em meio a pandemia, porém, se mostrou incapaz de proporcionar um bom aprendizado para os alunos. É de fundamental importância que sejam criadas Políticas Públicas que promovam a igualdade educacional, que faça ocorrer a inclusão dos alunos que ficaram sem possuir o direito que é garantido e assegurado pela constituição federal (Barreto e Rocha, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de reflexões feitas, no decorrer deste texto, permitiu perceber que, a análise das respostas dos discentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia sobre a sua condição de vida e do ensino remoto emergencial, revelam desafios significativos vivenciados em tempos de COVID-19. A partir da análise dos dados, evidencia-se que o acesso à internet não foi o único empecilho, pois muitos alunos e seus familiares que trabalhavam de modo autônomo não puderam continuar suas atividades, consequentemente os tornando incapazes de obter renda para manter as necessidades básicas da casa ou arcar com as despesas do ensino remoto. Muitas famílias contavam com o auxílio do Governo, porém para alguns o valor não era suficiente para suprir todas as necessidades básicas da família. (Correia *et al*, 2020).

De acordo com as respostas obtidas na pesquisa, em relação ao ensino remoto, nota-se que a maioria dos estudantes tiveram dificuldade no acesso à internet, bem como, o auxílio que a Universidade disponibilizou, não conseguindo beneficiar todos os estudantes que precisaram.

Logo, é extremamente fundamental a criação ou o aperfeiçoamento dessas políticas de apoio, que possam de fato mitigar os impactos negativos causados na educação durante a pandemia e persistem até hoje. Políticas Públicas, que promovam um ensino de qualidade de modo que ocorra a inclusão digital, garantindo o acesso à internet e a dispositivos de qualidade para todos os discentes.

Cabe frisar ainda, que o cenário pandêmico e todas as circunstâncias que acabaram afetando a saúde emocional das pessoas, contribuiu para o aumento de sintomas de ansiedade e depressão. Assim, é imprescindível que sejam tomadas medidas de apoio por parte da comunidade acadêmica e do corpo docente, de forma que possam identificar os possíveis transtornos nos alunos, visando pelo amparo e diminuição dos impactos psicológicos causados pela pandemia. Diante disso, a instituição deve apoiar aos professores, propondo a capacitação, de modo que os docentes possam repensar sua didática e possuem flexibilização ao ministrar suas aulas e avaliações durante as aulas remotas.

Considerando a experiência vivida na pandemia, propõem-se que mais pesquisas sejam realizadas na área de políticas públicas, possibilitando a expansão do conhecimento, identificando lacunas e apontando soluções eficazes que possibilitem melhorar o acesso e a qualidade de ensino, preservando para a construção de ambiente mais inclusivo e equitativo, mesmo diante a tempos desafiadores como o da pandemia da COVID-19.

Os dados da pesquisa demonstram uma análise inicial sobre a temática, deixando assim uma contribuição para a comunidade acadêmica, um estudo aberto para futuras interpretações que podem surgir a partir dos dados coletados e da análise realizada.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. Pimenta. **Educação Remota Emergencial: Elementos para políticas na Educação Brasileira em Tempos de Covid-19**, EmRede, pp. 257–275, (2020)

BAGADINI, Bruna *et al.* **Estudo virtual em tempos de distanciamento: uma análise sobre o impacto do isolamento social na rotina de estudos de universitários**. *in:* Simpósio Brasileiro de informática na educação (SBIE), 31., 2020, Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2020. P. 792-801.

BARDIN, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70

BARRETO, A. Cristina Freitas; ROCHA, D. Santos. **Covid e educação: Resistência, Desafios e (Im)Possibilidades**. ISSN 2675-1291| DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0010> Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020.

BRASIL, Ministério da Economia. **Nota Informativa: medidas de combate aos efeitos econômicos da Covid-19**. Brasília, DF: Secretaria de Política Econômica, 2020a, p. 1-15. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-informativa-medidas-fiscais-coronavirus-final-17_04.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº5 de 28 de abril de 2020**. 2020b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico Especial – 14. COE-COVID19**, 2020c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim-epidemiologico-covid-19-no-14.pdf/view>.

BRASIL, **Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020d. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.316%2C%20DE%207,coronav%C3%ADrus%20\(covid%2D19\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10316.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.316%2C%20DE%207,coronav%C3%ADrus%20(covid%2D19)).

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19**. 2020e. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância de Saúde. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Painel Coronavírus**, [Brasília: O Ministério], 2020f. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 12. Ed.- São Paulo: Cortez, 2018.

CORREIA, Daniele *et al.* **Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social?**. JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750, [S. l.], v. 12, p. 1–9, 2020. DOI: 10.14295/jmphc.v12.1023.

COSTA, A. Erica Rodrigues; NASCIMENTO, A. Wesley Rodrigues. **Os desafios do ensino remoto em tempo de pandemia no Brasil**. CONEDU, 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha – 2ed – Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Paulo Arns. **PANDEMIA E OS IMPACTOS IRREVERSÍVEIS NA EDUCAÇÃO**, Revista Educação, (2020). Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2020/04/15/pandemia-educacao-impactos/>.

DIAS, Érica; PINTO, Fátima. **A educação e a Covid-19**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 545-554, jul./set. 2020.

FERREIRA, C. Simone; SANTOS, E. Neves. **Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação**. In Revista Labor. N° 11. Vol. 01. 2014.

FONSECA, J. José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo, SP: Prentice Hall, 2002.

GARCIA, Joe; GARCIA, N. Fish. **Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Práticas de Avaliação da Aprendizagem na Graduação**. EccoS- Ver. Cient., São Paulo, n. 55, p. 1-14 e 18870, out./dez. 2020.

GÓES, C. Bahia.; CASSIANO, Glauber. **“O uso das Plataformas Digitais pelas IES no contexto de afastamento social pela Covid-19”**. Folha de Rostó, vol.6, n. 2, 2020.

GUIMARÃES, A. Rodrigues; MATOS, C. Carvalho; CABRAL, M. C. Rosa. **Ensino remoto na Universidade Federal do Pará: condições de estudo no campus universitário do Marajó-Breves**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 50-81, maio/ago.2021.

KHATIB, A. Sameer El. **Luz, Câmera, Ação! Um estudo sobre o impacto dos fatores ambientais provocados pela COVID-19 no desempenho de estudantes universitários brasileiros**. SciELO Preprints, 2020. Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1742>.

MAIA, Caio; SÓTER, Gil. **Secretaria Estadual de saúde confirma o primeiro caso de coronavírus no Pará**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/18/secretaria-estadual-de-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-para.ghtml> Acesso em 05 jul. 2023.

MINAYO, M. Cecília Souza; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade?**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 239-262, jul/set, 1993.

NIPPES, Gabriel; PAVAN, Maya. **Pandemia e inflação: o Brasil do “Bolsocaro”**. Revista Pet Economia Ufes. Vol. 2. Agosto, 2021.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. [S.l.]: OPAS, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

REGO, J. Kelly. Moraes; SOUZA, A. Augusto. Cals de; MELO, R. Jesus de Souza . **Avaliação da condição de vida dos alunos e de suas famílias durante a pandemia da COVID-19 e possíveis impactos e seus resultados**. Concilium, Vol. 23, Nº2, 2023.

SILVA, L. Livia Santos *et al.* **Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado**. Cad. Saúde Pública 2020.

SMARJASSI, Celia; ARZANI, Jose henrique. **As políticas públicas e o direito à educação no Brasil: uma perspectiva histórica**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/15/as-politicas-publicas-e-o-direito-a-educacao-no-brasil-uma-perspectiva-historica>.

SOARES, L. Vasconcelos; COLARES, M. L. Imbiriba Sousa. **Educação e tecnologias em tempos de pandemia no Brasil**. Debates em Educação, Maceió, v. 12, h. 28, p. 19-41, Set./Dez. 2020. ISSN 2175-6600.

UFPA. Universidade Federal do Pará. **Superintendência de Assistência Estudantil. Edital Nº 06/2020 –SAEST/UFPA –Auxílios emergenciais de apoio à inclusão digital**. [Belém]: UFPA, 2020a. Disponível em: <https://www.saest.ufpa.br/portal/images/Editais/2020.06.AUXILIOS.DE.INCLUSAO.DIGITAL.pdf>.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Superintendência de Assistência Estudantil. **SIGAEst. Escolha o Auxílio que deseja visualizar a lista de deferimento**. [Belém]: UFPA, 2020b. Disponível em: <https://sigaest.ufpa.br/sigaest/listas/>.

UFPA- Universidade Federal do Pará. **Resolução nº5.294, de 21 agosto de 2020**. Aprova, de forma excepcional e temporária, o Ensino Remoto Emergencial em diferentes níveis de ensino para os cursos ofertados pela Universidade Federal do Pará, em decorrência da situação de pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências. Belém, PA: UFPA-CONSEPE, 2020c. http://proeg.ufpa.br/images/Artigos/Normas/Resolucao_5294_2020_CONSEPEAprovaoERE naUFPA.pdf.

Universidade Federal do Pará - UFPA. **Programa de Inclusão Digital da UFPA entrega tablets e computadores a estudante**. Portal UFPA, 2022. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13953-programa-de-inclusao-digital-da-ufpa-entrega-tablets-e-computadores-a-estudantes>

World Health Organization – **WHO. Overview of public health and social measures in the context of COVID-19.** WHO/2019-nCoV/PHSM_Overview/2020. Disponivel em: <https://www.who.int/publications/i/item/overview-of-public-health-and-social-measures-in-the-context-of-covid-19>.